

# MUSEU DE CIDADE: Entrecruzando Patrimônio e Cidades<sup>1</sup>

Moacir Fagundes de Freitas<sup>2</sup>

*Este artigo tem como fonte textos de dois importantes autores do pensamento museológico brasileiro: José Reginaldo Gonçalves em "Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônio" (2005) e Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes com o seu "O museu e a consciência de cidade" (2003). Proponho-me a trabalhar a partir dessas duas matrizes, desvelando seus conceitos e definições a fim de que iluminem os significados de patrimônio, de cidade e de museu de cidade. Desta forma, busco entrecruzar os caminhos propostos pelos autores, percorrendo a tríade "Cidade-Patrimônio-Museu", a partir da análise e aplicação de conceitos como cidade-artefato, ressonância, materialidade e subjetividade.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade, Patrimônio, Museu de Cidade, Cidade-Artefato, Ressonância, Materialidade.

## **MUSEUM OF THE CITY: crisscrossing and Heritage Cities**

*This article has as its source texts of two important authors of Brazilian museological thinking: José Reginaldo Gonçalves in "Resonance, Materiality and Subjectivity: Cultures as Patrimony" (2005) and Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes with his "The museum and awareness of city" (2003). I intend to work from these two dies, revealing their concepts and definitions in order to illuminate the meanings of patrimony, city and city museum. Thus, I seek crisscrossing paths proposed by the authors, covering the triad "City-Patrimony-Museum", based on the analysis and application of concepts such as city-artifact, resonance, materiality and subjectivity.*

**KEYWORDS:** City, Patrimony, City Museum, City-Artifact, Resonance, Materialness.

---

<sup>1</sup> O artigo foi originalmente elaborado como trabalho final da disciplina Herança Cultural e Sociedade, ministrada pela profa. Letícia Julião que me orientou nesta produção.

<sup>2</sup> Discente do curso de Museologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

[fagundesmoacir@yahoo.com.br](mailto:fagundesmoacir@yahoo.com.br)

Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v. 4, n.1, mar. 2014.

"O sentido fundamental dos 'patrimônios' consiste talvez em sua natureza total e em sua função eminentemente mediadora". (GONÇALVES, 2005).

"... o museu de cidade deve ser uma referência inestimável para conhecer a cidade, entendê-la (no seu passado e no seu presente), fruí-la, discuti-la, pensar seu futuro, enfim, amá-la e preocupar-se com ele e agir em consequência". (MENESES, 2004).

## **Introdução**

Pretendo neste artigo estabelecer um diálogo entre dois importantes textos da fortuna literária da museologia brasileira, concernentes a temas, hoje carregados de efervescência e atualidade: o museu de cidade e a complexa categoria "Patrimônio", aqui analisados e problematizados, um por José Reginaldo Santos Gonçalves (2005), em seu texto "Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios", e outro de Ulpiano T. Bezerra de Meneses, "O museu de cidade e a consciência de cidade", artigo baseado em conferência proferida no encerramento do Seminário Internacional "Museus e Cidades", promovido pelo Museu Histórico Nacional, em outubro de 2003, na cidade do Rio de Janeiro.

Na estruturação do seu texto, Gonçalves (2005) analisa o termo "patrimônio", mostrando-o em sua ampla e nem tão simples constituição. Em seus aspectos constituintes, aponta como definidores os caracteres "ressonância", "materialidade" e "subjetividade". Meneses, por sua vez, ao falar sobre museu e consciência de cidade, coloca como premissas para tal análise, um triplo olhar sobre o bastante polissêmico conceito de cidade. A partir dessas instrumentalizações ou formas de abordar os temas do patrimônio e da cidade e, por conseguinte, do museu de cidade, arrisco-me a propor entrecruzar esses olhares, que sob a ótica da transversalidade vasculharia os amplos universos do patrimônio e da cidade.

Para tanto, coloco-me nos postos de observação da cidade propostos por Meneses (2003), devidamente "paramentado" com as lentes e olhares sugeridos por Gonçalves (2005).

## Desnaturalizando a Cidade

A tarefa à qual me proponho é enxergar a cidade de forma desnaturalizada, pensando-a como patrimônio cultural, o que por si só, com todas as atribuições que esse conceito lhe confere, implica em um alargamento da forma de vê-la, bem como a expansão do seu conceito. Tal transformação - mudança do conceito e do olhar - só é possível devido à ambiguidade que permeia a categoria patrimônio. É como se esse termo estivesse de posse de um salvo-conduto, que lhe permite transitar por todos os polos e/ou esferas da vida e da sociedade que, por vezes, se apresentam como antagônicas e duais.

Ambiguidade é a marca central da categoria patrimônio. Na verdade, é mais que isso, é o que lhe define, garantido sua fluidez semântica, livrando-lhe do aprisionamento das definições herméticas. Segundo Gonçalves, essa ambiguidade é um “(...) aspecto definidor de sua própria natureza, uma vez que liminarmente situada entre o passado e o presente, entre o cosmos e a sociedade, entre a cultura e os indivíduos, entre a história e a memória” (GONÇALVES, 2005, p. 20).

Esta brilhante definição encontra-se ancorada nos pilares da cultura e da própria existência humana, a saber, a relação do homem com o tempo (passado/presente); o homem em sua relação com o espaço (cósmico/social); com o outro (cultura/indivíduo) e, por fim, a consciência e o registro (em variadas formas) de sua ação transformadora no mundo (história/memória)

Esse caráter ambíguo do patrimônio - de ser material e imaterial, de ser herdado e construído, de estar entre passado e presente, varando os tempos - lhe confere a capacidade de ser "instrumento" mediador entre essas várias esferas e campos. Mediará então, situações e mundos frente aos quais se põe o homem-sujeito, em sua obcecada e subjetiva busca pela objetividade, em sua busca singular pelo universal, em sua busca profana pelo sagrado, em sua busca cotidiana pelo momento raro, em sua busca pela estética nas 'coisas' aplicadas... Sem, contudo, nos esquecermos de que são perfeitamente viáveis as inversões nas formas e nos termos dessas buscas.

Dessa forma, sendo a cidade o lugar da vida do homem contemporâneo, é preciso considerá-la, de antemão - e isso vale como premissa - como um artefato humano, "desnatural", tendo como certeza o seu dinamismo, a sua mutabilidade, o seu eterno-começar e o permanente "fazer-se". Vejamos como a definição de cidade-artefato nos esclarece e nos

Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v. 4, n.1, mar. 2014.

ajuda a percebê-la de forma desnaturalizada: "A cidade é coisa feita, fabricada, o mais complexo artefato humano jamais produzido. Artefato, genericamente, é todo segmento da natureza física socialmente apropriado, isto é, ao qual se impôs, segundo padrões sociais, forma, função, sentido..." (MENESES, 2003, p. 262).

Desnaturalizar a cidade é enxergá-la como nova a cada instante, o que implica em retirá-la do domínio da natureza, como algo dado ou criado. É olhá-la, não como produto acabado, mas como um objeto. Para melhor entendimento, recorreremos à seguinte citação de Guarnieri (1984): "A paisagem, o meio natural percebido pelo homem, é um objeto enquanto é alguma coisa fora dele. A palavra objeto já traz essa carga: 'ob-jeto', ou seja, que existe além de, fora de, apreendido pela consciência do homem".

Portanto, para desnaturalizar o olhar sobre a cidade é preciso reconhecer, neste processo, a ação, a interferência, a invenção, a construção e desconstrução, operada pelos sujeitos - seus habitantes. Não nos assustemos se ao olharmos para a cidade de forma desnatural, enxergarmos, à primeira vista, o homem; artífice, produtor e produto de sua relação/experiência com essa mesma cidade.

Cidade-Artefato é a cidade entendida como patrimônio, que não corresponde mais à imagem estática, "pasteurizada", "asséptica" e "chapada" da fotografia postal, ou seja, da imagem produzida para o consumo, como cidade que prescinde da experiência. A essa representação quase abstrata se contrapõe a imagem dinâmica do seu viver cotidiano. Essa desnaturalização da cidade, essa consciência de que o fazer-se cidade é obra dos sujeitos que nela convivem é o primeiro passo para nela identificar uma de suas marcas definidoras, a ressonância.

Em sua definição da categoria ressonância, Gonçalves (2005) esclarece que os bens, configurados como patrimônio, portanto, carregados dos sentidos que lhes são conferidos por pessoas ou grupos, com o objetivo de comunicar e manter vivas, no tempo e no espaço, sua memória e identidade,

Não são desse modo meros objetos. Se por um lado são classificados como partes inseparáveis de totalidades cósmicas e sociais, por outro lado afirmam-se como extensões morais e simbólicas de seus proprietários, são extensões destes, sejam indivíduos ou coletividades, estabelecendo mediações cruciais entre eles e o universo cósmico, natural e social (GONÇALVES, 2005, p. 18).

Portanto, ressonância corresponde ao fio, quase mágico, que se estabelece e liga o sujeito ao seu patrimônio. Tal processo acontece quando o objeto, tornado patrimônio, evoca e emite certa força cultural capaz de desencadear no seu interlocutor a certeza de uma relação de pertencimento, de correspondência. Aplicando tal entendimento à temática da cidade, constatamos que é essa força que nos faz ter a certeza de que pertencemos àquela cidade e, ao mesmo tempo, que ela nos pertence. Alimentamos e somos alimentados reciprocamente por essa força que ressoa, visto que sendo produtores dessa imagem - e dessa história - de cidade, somos também por ela produzidos.

A relação recíproca entre a cidade e o sujeito implica no aval dos habitantes/moradores acerca do sentimento de pertencimento àquele espaço urbano e desse espaço como "propriedade" desses sujeitos, e, por conseguinte, como patrimônio, assim reconhecido. Interessante como essa relação se dá de forma imbricada: construímos uma cidade, damos-lhe forma e sentido e esse sentido - por nós produzido - se difunde, repercutindo até nós, que então lhe conferimos o *status* de ser "minha, nossa cidade".

Ao aceitar essa premissa da cidade-artefato e, conseqüentemente, ao sentir e perceber a ressonância desse pertencimento viabiliza-se pensar que essa permanente construção da cidade é carregada de desejos, interesses, intenções, e, por conseguinte, tensões. Se diversos e numerosos são os braços que constroem a cidade, e próprios e genuínos são os sentidos de ressonância estabelecidos, teremos como resultado uma cidade-artefato de mil e uma faces, edificada de tantas e tantas formas. O jeito singular que faz viver essa cidade, em várias situações, se transforma em um jeito coletivo de ser, sem, contudo, deformar as suas singularidades, que são "catalizadas" em um universo maior e mais amplo, que chamamos coletividade.

Percebido como fruto da ressonância, esse fio de ligação do sujeito com a cidade alimenta a identidade, que em meio à polissemia - da cidade, do patrimônio - merece ser "pluralizada", nomeada como identidades. Se a ressonância é sentida individual e coletivamente, sendo, ao mesmo tempo, una e múltipla, então, que seja a cidade a consciência de muitos, fazendo com que em seu campo de força e tensão esteja presente a diversidade.

A cidade como campo de forças compara-se a um grande e permanente palco onde se apresentam seus diversos atores, com seus dramas próprios e de grupos, suas linguagens, suas trilhas sonoras, suas personagens, suas demandas (desejos próprios de cidades), suas histórias narradas, enfim, suas identidades e memórias.

Entendendo, então, a cidade como um campo de forças, nos deparamos - em nosso trajeto entrecruzado - com o sentido exposto por Meneses, "... campo de forças, imagem tomada de empréstimo à Física, para denotar espaço discernível de tensão, conflitos, interesses, energias em confronto constante, de natureza territorial, econômica, política, social, ideológica, cultural ..." (MENESES, 2003, p. 262).

Portanto, se a cidade é construída - melhor, "multiconstruída"-, comportando, por isso, campos de força, sua representação social será também polissêmica. Assim, analisar a cidade a partir do prisma do patrimônio cultural nos levará a um deslocamento de foco: ao invés de observarmos o produto/resultado dessa construção de sentidos e significados de cidade, o que estará sob nosso olhar é, sim, o processo dessa construção, os embates e conflitos provenientes dos campos de força e seus significados. E aqui, valho-me, mais uma vez, do discurso de Meneses ao definir a cidade como representação social: "A cidade é, sim, um campo de significações, mas a decorrente imagem urbana exprime menos a cidade do que as relações globais do homem com a cidade e do homem com seus semelhantes" (MENESES, 2003, p. 264).

Ao invés do produto acabado; prevalece o "fazer-se", o "em construção", "como construo/construímos essa minha/nossa cidade". Desse modo, se além do resultado, passa-se a valorizar o processo que a gerou; a cidade e, por conseguinte, o patrimônio no qual se transforma, torna-se ampliada, deixa de tão somente ser material, para apresentar seu outro lado, a sua face imaterial, aquilo que não se toca, nem se embrulha para presente, nem se emoldura num postal, mas que se sente e se vive, posto que a cidade é também experiência.

Assim sendo, mais uma vez sirvo-me de uma característica própria da categoria patrimônio, a saber, sua ambiguidade ao tratar da materialidade. Enriquecido por esse sentido de patrimônio, o olhar admite e conhece que os termos materialidade e imaterialidade não são antagônicos e excludentes. Faces de uma mesma moeda sustentam a existência de um e de outro. Nós é que, por todo tempo, viciamo-nos em ver apenas a face material, prisioneiros que éramos de nossa parca visão. Mais uma vez, fica à mostra a capacidade ambígua do patrimônio, que eu chamaria de salvo-conduto, para transitar nesses dois polos, dentre tantos que lhe aprouver. Pois, como nos diz Gonçalves, no conceito patrimônio "o material e o imaterial aparecem de modo indistinto nos limites dessa categoria" (GONÇALVES, 2005, p. 21).

Por fim, ressaltamos o outro aspecto definidor do patrimônio cultural, exposto por Gonçalves, que vem conectar e clarear os cruzamentos dos caminhos propostos pelos autores em estudo, ao condicionar a existência de qualquer patrimônio à vigência da subjetividade. Gonçalves é categórico, ao afirmar que “(...) não há subjetividade sem alguma forma de patrimônio” (GOLÇALVES, 2005, p. 27). De nossa parte, podemos concluir - pois parece estar implícito - que não existe patrimônio sem subjetividade.

O sentido de patrimônio proporciona legitimidade à subjetividade, aquilo que é subjetivo - o desejo, a expressão cultural, o saber-fazer, o ritual, a imagem, o lugar, o espaço, o território, a paisagem, a cidade, o objeto, etc. - da mesma forma que as subjetividades, de grupos ou indivíduos, a partir da ressonância selecionam e elegem aquilo que se tornará patrimônio.

### **Considerações Finais**

No caso deste texto, o patrimônio enfocado é a cidade. Nosso objetivo foi demonstrar a importância da subjetividade, da ressonância e do caráter ambíguo da materialidade na desnaturalização da cidade, agora entendida como cidade-artefato, feita patrimônio, campo de forças, palco e fruto das representações sociais de seus habitantes.

Nas dobras desse patrimônio-cidade, erigido na intersecção da cultura herdada e da cultura que se vive no dia a dia, no tempo presente, é que se deve erigir o museu. O museu de cidade, comportando e operando em seu "acervo" - em um jogo de metonímia museal - tantas outras tipologias museais. Ou seja, o que se propõe é que o mesmo trajeto que se cumpriu nesse texto - a tríade, cidade-patrimônio-museu - seja percorrido pela instituição "museu", que, desta forma, mostrar-se-ia como artefato humano, como campo de tensões, lugar de representações, e onde as subjetividades possam ressoar e sejam legitimadas por seus criadores.

O Museu da cidade deve ser capaz de tornar "des-naturais" as suas narrativas museais, que as nações, os grupos hegemônicos validaram como modelo exclusivo a ser seguido.

Que os museus sejam, cada vez mais, metamuseus, metonímias de si. Entretanto, nesta utópica missão, que não se entreguem à tarefa inútil de se tornarem espelho da cidade onde estão plantados, mas que sejam antes caleidoscópios; que ao invés de serem ponto-final, Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v. 4, n.1, mar. 2014.

sejam interrogações e reticências. Que não sejam o lugar da história única, monolítica; mas sim, territórios abertos, nos quais várias narrativas possam ser contadas; e as memórias e identidades possam conviver e apresentar seu discurso, sem serem excludentes. Um museu de cidade na cidade, que apresente a cidade contendo o museu e assim indefinidamente.

## Referências

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado: Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 59-78.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu de cidade e a consciência de cidade. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos Guimarães; GUIMARAENS, Cêça (org.). *Museus & Cidades*. Livro do Seminário Internacional "Museus e Cidades". Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 255-282.